

DIREITO AMBIENTAL NA ALDEIA

Cássia Daiane da Silva Escobar¹; Jussara Martins Cerveira de Oliveira²

1 Estudante do Curso de Direito da UEMS, Dourados; E-mail: cássia_escobar@hotmail.com

2 Professora do curso de Direito da UEMS, Dourados; E-mail: jussara-com@yahoo.com.br

Área Temática da Extensão: Educação e meio ambiente

Resumo:

O declínio do meio ambiente deve ser discutido muito mais como questão moral, ética e política do que por razões ecológicas, já que os maiores devastadores da floresta são os projetos de exploração mineral e de represamentos de águas que fornecem energia para complexo no centro da mata. Rios são destruídos quimicamente, quilômetros quadrados de florestas são inundados sem o menor estudo ecológico, nem avaliação dos danos à natureza. E os povos indígenas devem estar integrados nesse contexto, pois constituem parte da própria construção da nação brasileira e por isso carrega os mesmos sentimentos de brasileiros, iguais aos de quaisquer outras camadas da sociedade, segmentos de indivíduos que constituem o Estado, independente de culturas, valores, símbolos e línguas que abraçam. Além disso, por serem um dos pilares sócio culturais de formação de identidade da nação brasileira, devem igualmente usufruir os direitos e deveres de todo cidadão brasileiro. Portanto, é necessário que os acadêmicos façam pesquisa, estudo e extensão sobre o Direito Ambiental, para que eles, bem como os povos indígenas, possam lutar por um meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Indígenas, meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Este projeto apresenta uma grande importância ao estudo do meio ambiente, de modo que possa contribuir para o reconhecimento e preservação ambiental de forma a banir toda e qualquer forma de ameaça. O homem tem conquistado progressos até então inimagináveis.

Contudo nunca esteve tão próximo da extinção como agora. Essa ambiguidade decorre de sua insaciável procura por conhecimento, sem preocupação com o meio ambiente. Devemos todos procurar evitar ou amenizar as perdas causadas ao ecossistema por acidentes como incêndios em florestas, vazamentos de óleos nos rios, também evitar jogar lixos nas ruas e procurar sempre proteger o nosso meio ambiente. Percebe-se que os distúrbios causados no ecossistema decorrem de nossa insipiência em relação a sistemas naturais de equilíbrio do habitat. No caso do ozônio, se o homem conhecesse o funcionamento do filtro de ultravioleta da atmosfera, teria submetido o gás proveniente do spray a testes mais eficazes e teria evitado essa ameaça ecológica.

Há uma grande necessidade de investimentos em projetos ambientais, a fim de que se conheça mais a natureza e seus mecanismos de manutenção de vida no planeta. Frisa-se que os problemas enfrentados no meio ambiente não podem ser analisados isoladamente, motivo pelo qual se faz necessário, neste projeto, buscar informações não, apenas na área jurídica, mas também em áreas afins, como Antropologia, História, Filosofia e Sociologia para sua melhor compreensão e para poder levar aos 'povos indígenas' o conhecimento para que juntos possamos lutar para a preservação ambiental. E este papel de levar aprendizado aos "povos indígenas" cabe à Universidade, pois é um lugar com profissionais adequados, os quais têm meios suficientes para transmitir métodos importantes para seus avanços sociais.

O objetivo da ação foi permitir as possibilidades aos acadêmicos de Direito um estudo aprofundado em relação às questões ambientais e proporcionando também um intercâmbio de conhecimentos com a comunidade indígena.

MATERIAL E MÉTODOS

Técnicas de abordagem:

O trabalho desse estudo tem como fonte primária a Constituição Federal, também apresenta informações bibliográficas de alguns autores e pesquisas realizadas sobre o tema em estudo.

Técnicas:

- a) identificação da matéria objeto do estudo, com a leitura de reconhecimento, seleção catalogação e seletiva de livros;
- b) elaboração de relatórios informativos sobre o projeto;
- c) leitura interpretativa e crítica, com fichamento do material bibliográfico.

Resultados e Discussão:

Conseguimos levantar os temas a serem trabalhados e montarmos uma estrutura do conteúdo programático.

E os resultados esperados são:

- Melhoria da qualidade do ambiente indígena.
- Aumento da diversidade florestal e redução do desmatamento.
- Recuperação de espaço florestal

Agradecimentos

Agradeço à Instituição UEMS/PROEC por ter me contemplado com a presente bolsa deste projeto, o qual permitiu e permite-me conhecimentos que contribuirá para minha formação tanto acadêmica quanto pessoal.

Também agradeço a todas as pessoas que me ajudaram de alguma forma a desenvolver este projeto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. Direito do meio ambiente e participação popular. 2ª ed. Brasília: Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, 1996.158p.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental.

Disponível em: <<http://www.sites.uol.com.br/ivairr/percepçãoambi.htm>>. Acesso em: 19 mar.2010.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.505p.

BENJAMIN, Antonio Herman. V.et al, 2009. Manifesto em defesa da ordem democrática. **Do patrimônio público e do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.** 22.05.2009.

Disponível em: <<http://www.aipa.org.br/documentos.htm>>. Acesso em :03 mar.2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado. 1988.

DALLACORTE, Ivani Cristina Butzke. Percepção ambiental e educação ambiental. Disponível em www.inf.furb.rct-sc.br. Acesso em: 25/10/2010.